

HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO E PERSPECTIVA DE GÊNERO NO BRASIL¹

 Fabiane Popinigis^{2,3}

 Cristiana Schettini^{4,5}

RESUMO

Este texto se propõe a rastrear alguns fios da trajetória da história social das mulheres no Brasil, discutindo tensões, interações e possíveis interrupções em torno da importância da história social do trabalho para a construção de uma perspectiva de gênero. Para isso abordaremos alguns eixos de debates atuais sobre gênero, raça e classe, argumentando que reconhecer a historicidade e os contextos das pesquisas históricas que

1 Queremos agradecer ao Fabricio Prado e a Karoline Carula pelos comentários à versão inicial desse texto, e o diálogo com Gabriela Mitidieri. Os comentários da avaliação anônima também para a versão final do artigo. Agradecemos também os financiamentos de pesquisa da FAPERJ e do CNPq no Brasil e do CONICET na Argentina.

2 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, Rio de Janeiro – Brasil.

3 Graduada, mestra e doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas. É professora do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e Cientista do Nosso estado FAPERJ. Sua tese de doutorado ganhou o prêmio Várias Histórias do CECULT (Centro de Pesquisa em História Social da Cultura) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) o que resultou na publicação do livro Proletários de Casaca – empregados no comércio carioca (1850-1911). É autora de artigos e capítulos sobre história social do trabalho e da escravidão e emancipação em perspectiva de gênero. E-mail: fpopinigis@gmail.com.

4 Universidade Nacional de San Martín. San Martín, Buenos Aires – Argentina.

5 Graduada, mestra e doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas. É pesquisadora do CONICET e professora titular no programa de história da EIDAES (Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales) na Universidade Nacional de San Martín, Argentina. Publicou "Que Tenhas Teu Corpo": uma historia social da prostituição nas primeiras décadas do Rio de Janeiro republicano (premio Arquivo Nacional, 2006) e Clichés baratos: sexo e humor na imprensa ilustrada carioca (Ed. Unicamp, 2020) Publicou diversos artigos sobre imigração, trabalho sexual, direitos e histórias conectadas na América do Sul. E-mail: crisschettini@gmail.com.



contemplaram a construção social da diferença sexual é um passo útil para a avaliação da produção historiográfica e para delinear agendas de pesquisa em torno de gênero e trabalho.

PALAVRAS-CHAVE

Historia Social Brasileira - Estudos de Gênero - Historia Social do Trabalho

SOCIAL HISTORY OF WORK AND GENDER PERSPECTIVE IN BRAZIL

ABSTRACT

This text aims to trace some threads of the social history of women in Brazil, discussing tensions, interactions, and possible interruptions around the importance of social labor history for the construction of a gender perspective. To do this, we will address some axes of current debates on gender, race, and class, arguing that recognizing the historicity and contexts of historical research that contemplated the social construction of sexual difference is a useful step for evaluating historiographical production and delineating research agendas around gender and work.

KEYWORDS

Brazilian social history - Gender studies - Labor History

Recebido em: 09/10/2024 - Aprovado em: 04/12/2024

Este texto propõe contribuir ao diálogo historiográfico sobre trabalho e gênero no Brasil, a partir de uma análise de estudos dedicados ao século XIX e à primeira república. O recorte explicita o caráter situado desta reflexão, que foi construída em função de nossa experiência de pesquisa. Para isso, o artigo realiza um percurso que começa com o rastreio, nos primeiros anos da *Revista Brasileira de História*, do contexto do surgimento de temáticas agora associadas ao gênero.⁶ Num segundo momento, identificamos algumas das linhas de inspiração dessas abordagens, em especial a partir da história social francesa. À luz deste percurso, ponderamos o forte impacto das primeiras traduções das formulações de Joan Scott sobre o gênero como categoria de análise histórica, no começo dos anos de 1990. Finalmente, concluímos que as abordagens de gênero no Brasil devem-se, em grande parte, ao desenvolvimento da história social local, em particular aquela atenta às questões do trabalho.

Esta é uma revisão centrada no caso brasileiro. Ao longo das últimas quatro décadas, o movimento de multiplicação de centros universitários e de pesquisa por todo o país, junto com as políticas de democratização do acesso à universidade, resultaram em uma proliferação da produção historiográfica tanto através de novas perspectivas como de diferentes recortes espaciais, o que foi particularmente importante para os estudos de gênero. Concomitante com este movimento de descentramento geográfico interno, consideramos fundamental registrar a importância um pouco menos visível para esta reflexão dos intercâmbios com historiografias próximas. Muito antes que nós, os diálogos estabelecidos em função da demografia histórica na América Latina, dos quais Eni de Mesquita Samara participou ativamente, haviam indicado a fecundidade do exercício de contraste, integração e inspiração em outros casos.⁷

⁶ Ao longo do artigo, transitamos entre as denominações de “estudos de gênero”, “perspectiva de gênero”, e “história social das mulheres” sem supor que uma denominação seja superadora da outra, mas prestando atenção a usos contextuais e ressaltando, como se verá, o quanto do que se costuma atribuir a gênero já estava presente na história social das mulheres. Não nos ocuparemos nesta oportunidade de discussões sobre masculinidade e sexualidade, que também são componentes nodais dos estudos históricos de gênero.

⁷ De fato, ela foi diretora do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (Cedhal). Ver por exemplo, Eni de Mesquita Samara (org.), *As ideias e os números do gênero*.

Para a história do trabalho, desde os primeiros contatos de historiadores brasileiros com a pesquisa de Mirta Lobato sobre a experiência fabril argentina a partir de uma perspectiva de gênero, este diálogo proliferou em vários sentidos e interlocuções simultâneas.⁸ Para nós, os intercâmbios com a historiografia argentina de inspiração feminista que abordou questões de gênero e trabalho na perspectiva da história social é um exemplo contundente das possibilidades que se abrem para ampliar o espectro de perguntas e problemas para a história social no Brasil.

1. Agendas de pesquisa na primeira década da RBH

A *Revista Brasileira de História* foi criada em 1981 pela ANPUH-Brasil.⁹ Com o objetivo de divulgar os trabalhos de seus associados e dos nascentes programas de pós-graduação, seus primeiros números podem ser lidos como expressão dos temas e enfoques carentes naqueles momentos de renovação historiográfica.¹⁰ Depois dos primeiros cinco números, a revista passou a ser temática.

Em 1983, a edição intitulada “À lucta trabalhadore”, trazia quatro artigos, dentre os quais o de Michael Hall e Verena Stolcke que tratava da introdução do trabalho livre nas fazendas de café em São Paulo.¹¹ Neste número também foi publicada a tradução do antológico “Todas as montanhas atlânticas estremeceram”¹², contribuição de Peter Linebaugh

Argentina, Brasil e Chile no século XIX. São Paulo, Hucitec/Cedhal/FFCL-USP/Vitae, 1997.

8 Alguns exemplos: Lobato, 2007; Popinigis; Schettini, 2010; Allemandi, 2012; Schettini; Suriano, 2019; Andújar; Palermo, 2021.

9 Os números da RBH podem ser encontrados integralmente no site da Revista: <https://anpuh.org.br/index.php/revistas-anpuh/rbh>

10 Feitler, 2019, pp.7-11.

11 Stolcke; Hall, 1983. Em 1986 Stolke publicaria um livro sobre o trabalho das mulheres na lavoura, conflitos de classe e relações de gênero em São Paulo: Stolcke, 1986.

12 Neste artigo, Linebaugh partia da história social inglesa para incluir a diáspora e tradições rebeldes transmitidas e compartilhadas pelo internacionalismo atlântico através dos navios, principalmente os navios negreiros, ampliando muito o conceito de classe trabalhadora para incluir escravizados, vadios e exilados políticos que circulavam entre os continentes. Nessa experiência compartilhada, as tradições dos debates de Putney, no século XVII na Inglaterra se

para a história da diáspora atlântica que ampliou o conceito de classe trabalhadora, incluindo pessoas escravizadas. Ainda na mesma edição, com o subtítulo “Notas de pesquisa”, aparecia o “Pensando a classe operária: os trabalhadores no imaginário acadêmico, de Maria Célia Paoli, Éder Sader e Vera da Silva Telles, em uma indicação do sentido de urgência daquelas reflexões. Com o artigo de Edgard De Decca sobre a “fábrica despolitizada” e uma resenha de Peter Eisenberg do livro de Eugene Genovese sobre escravidão nas Américas, completava-se o panorama do núcleo de interesses de um grupo de historiadores atentos à história do trabalho fabril e à escravidão, diretamente informados pelas greves paulistas dos anos anteriores e pela efervescência dos movimentos sociais em prol da democracia.

A edição seguinte, intitulada “¿Hay gobierno?”, reuniu diferentes aproximações da relação entre Estado e sociedade. Na parte de traduções, a reflexão do historiador marxista inglês Christopher Hill revisitava os sentidos históricos do processo revolucionário inglês do século XVII em “Uma revolução burguesa?”, abrindo as possibilidades de uma abordagem do processo político a partir da história social. Além de artigos que começavam a formular problemas históricos sobre temáticas diversas, como os projetos de trabalho livre no fim da escravidão, a legislação trabalhista e o “Estado de compromisso” no pós-1930, aparecia também a pioneira pesquisa de Margareth Barkos sobre trabalho doméstico, intitulada: “Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889)”. Barkos enquadrou seu problema histórico nas relações entre capital e trabalho e a intervenção do estado no contexto da Abolição, enquanto o sentido crescentemente feminizado deste tipo de trabalho não foi relevante para sua reflexão naquele momento.

Em 1984 publicou-se o primeiro dossiê com editorial. Denominado “Cultura e Cidades”, reunia artigos que começavam a trazer os estudos urbanos para o campo de inquirição da história. Ganhavam importância

internacionalizariam, voltando a Londres como um bumerangue para compor o movimento abolicionista. É possível ter uma ideia do impacto desse texto para certos campos da história social no Brasil através do artigo Lara, 2010.

o cotidiano, as reformas urbanas e a literatura, assim como o caso do Rio de Janeiro. Entre estes artigos, destaca-se a coautoria entre Sidney Chalhoub, Gladys Sabina Ribeiro e Martha Abreu intitulado: "Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio: vivência de libertos, 'galegos' e mulheres pobres". Três pesquisas individuais de mestrados em andamento investigavam a experiência laboral de diversos grupos definidos em termos de classe, nacionalidade e gênero entre o fim da escravidão e o começo do período republicano.¹³

Vale a pena recordar que naquele mesmo ano também foi publicado o livro de Maria Odila Leite da Silva Dias, *Quotidiano e poder em São Paulo*. Inspirada por expoentes diversos da história social, incluindo a tradição inglesa (E. P. Thompson), francesa (Le Roy Ladurie) e os estudos estadunidenses sobre escravidão (Eugene Genovese), Dias questionava a noção de uma condição feminina a-histórica, propondo-se a pesquisar "os papéis sociais das mulheres das classes oprimidas, livres, escravas, e forras entre fins do século XVIII e às vésperas da abolição".¹⁴ Para ela a construção de um problema de pesquisa sobre mulheres, então, era indissociável da dimensão do trabalho (escravo, livre) e da possibilidade teórica de politizar o cotidiano para transformá-lo em matéria da história social.¹⁵

Voltando àquele grupo conformado por três estudantes de mestrado sob a orientação de Robert Slenes, eles também se perguntavam sobre o cotidiano, mas o fizeram recorrendo aos processos crimes como fonte principal.¹⁶ Mais do que referir-se a processos de urbanização, então, "Trabalho escravo e trabalho livre..." e outros artigos tomavam a cidade como cenário privilegiado das experiências sociais de trabalho de homens e mulheres num contexto específico, entendido em termos de imposição

13 Depois seriam publicadas as obras individuais: Chalhoub, 1986. Esteves, 1989. Ribeiro, 1990.

14 Dias, 1995 [1984], p. 13.

15 Sobre isso, ver também: Dias, 1998.

16 Uma das autoras, Gladys Sabina Ribeiro, retomou as reflexões de L. F. de Alencastro que tratava do declínio da população africana e aumento da imigração portuguesa depois da abolição do tráfico atlântico em 1850, com suas consequências para o mundo do trabalho carioca (Alencastro, 1988).

de uma nova ordem social. O que se buscava compreender então era o movimento histórico das transformações na organização social do trabalho, focando em especial nas questões de disciplinamento e seus limites durante os primeiros tempos do pós-abolição.

No ano seguinte a publicação do artigo do antropólogo Luiz Mott sobre “Relações raciais entre homossexuais no Brasil Colônia” no dossier “Produção e transgressões” partia da pesquisa sobre casos de confissão e denúncia de sodomia perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício para atentar para a urgência do debate sobre a “discriminação sexual” no Brasil. O artigo indica que para diversos autores a sexualidade se transformou em um tema da pesquisa histórica de forma conectada às relações raciais. Por outro lado, o artigo de Heloisa Pacheco, “Disciplina e controle no espaço fabril: o trabalhador têxtil em Minas Gerais”, examinava questões de disciplina e organização do trabalho durante a escravidão. Com base no trabalho escravizado de mulheres e crianças administrado por uma mulher conhecida como “Dindinha”, a experiência fabril em questão desafiava as expectativas evolutivas de uma ordem capitalista, mas as especificidades de gênero e as relações raciais não foram tratadas em suas especificidades.¹⁷

Em 1986, o dossier “Terra e Poder” trazia dois autores pioneiros em suas análises sobre o processo histórico que se vinha definindo como o período da transição do trabalho escravo para o livre: Ademir Gebara, com o artigo “Escravos: fugas e fugas” e Maria Lúcia Lamounier, com “Trabalhadores sob contrato: a lei de 1879”.¹⁸ Em contraste, o artigo

17 É interessante notar os três artigos na sessão “Documentação”: um de Robert Slenes sobre a importância dos arquivos cartoriais para a história da escravidão e políticas de preservação; um de Miriam Nicolau Ferrara sobre políticas editoriais da imprensa negra em São Paulo entre 1915 e 1963 e um do historiador alemão Georges Haupt sobre as perspectivas abertas por historiadores para uma “nova história operária” que levasse em conta os trabalhadores como protagonistas, para além das organizações e instituições, com debates metodológicos sobre novas fontes e indagações. Três temas que posteriormente seriam parte do desenvolvimento das conexões entre os estudos sobre a família escrava, a experiência dos trabalhadores e a cidadania negra no pós-abolição.

18 Mais tarde os dois escreveriam livros sobre o processo então definido como de substituição da mão de obra, ou a transição do trabalho escravo para o trabalho livre que seriam referência para pesquisas posteriores.

de Margareth Rago publicado no ano seguinte, em 1987, dedicava-se às representações literárias de cabarés e da cidade. Neste momento, a bifurcação de percursos vai se tornando notória: enquanto trabalhos sobre o problema da “transição do trabalho escravo para o trabalho livre” avançavam por um lado, a temática da sexualidade emergia também como tema dos estudos urbanos. Em alguns casos, era pensada em conjunto com as relações raciais, e em outros, com os temas próprios do disciplinamento e controle social que tinham lugar na cidade industrial dos anos 1920.

Em 1988, ano do centenário da abolição, o dossiê “Escravidão”, organizado por Silvia Hunold Lara, tornou-se um marco. Um artigo do estadunidense Eric Foner dividiu lugar com outras produções locais, de Katia Mattoso, João José Reis, Sidney Chalhoub, Luiz Carlos Soares, Maria Helena P.T. Machado, Horácio Gutierrez e Robert Slenes. Muitos adiantavam argumentos de teses e livros que potencializaram as longevas discussões sobre agência e autonomia, violência, resistência, negociação e conflito, a família escrava e os sentidos da liberdade. Novamente, eram as questões do mundo do trabalho que organizavam o problema histórico e o debate sobre a escravidão. Na apresentação do dossiê, Silvia Lara salientou a importância de marcar a efeméride da Abolição no Brasil, oferecendo, na seção “Documentação”, um exemplo das novas fontes que vinham sendo utilizadas pela historiografia, acrescentando: “isso mostra que a tradicional afirmação de que não há fontes para escrever a história da escravidão no Brasil não passa de uma frase vazia...”¹⁹

Elaborada no contexto de emergência de pesquisas fortemente empíricas sobre o trabalho compulsório, consideramos que a provocação de Lara continua sendo apropriada para referir-se a argumentos ainda hoje esgrimidos por historiadores que resistem à adoção de uma perspectiva de gênero na história do trabalho. A longa trajetória da

¹⁹ Ela se referia a fama de que Rui Barbosa, como ministro da fazenda em 1890, teria mandado queimar as cópias das matrículas de escravizados depositadas nas coletorias para evitar a identificação de propriedade e demandas de indenização dos ex-proprietários após a abolição, argumento que era utilizado por alguns autores sobre a suposta escassez de fontes para estudar escravidão no Brasil. Sobre isso ver Slenes, 1983.

historiografia sobre escravidão carrega um ensinamento contundente sobre a importância de interrogar as fontes com as perguntas adequadas para que se tornem reveladoras de dimensões pouco evidentes em sua superfície, mas fundamentais para a compreensão de certos processos históricos. Em outras palavras, tanto para a escravidão, para as relações raciais e para o gênero, o problema costuma ser menos de falta de fontes e muito mais de falta de perguntas adequadas.

Neste sentido é revelador que a perspectiva da demografia histórica tenha sido a que dedicou mais atenção à experiência de mulheres neste período, como atesta o dossiê “Família e grupos de convívio”, organizado pela historiadora e demógrafa Eni de Mesquita Samara para o número 17, de 1988/1989. Na apresentação, Samara recuperou o movimento de deslocamento de abordagens clássicas, algumas estruturais, muitas centradas na questão das parentelas, das relações raciais e das bases patriarcais da sociedade brasileira, passando pela demografia e chegando à proliferação de estudos renovados com fontes primárias numa perspectiva própria da “história social da mulher e da família”. Os artigos reunidos no dossiê exploravam a interface dos estudos de família com questões de poder, escravidão, propriedade, infância e casamento. No entanto, entravam em tensão com a emergência de uma renovada agenda feminista que vinha tendo lugar nos anos anteriores, ao pensar o gênero de forma diretamente associada à organização familiar.

Talvez para contrabalançar o tratamento do tema “mulher” somente em função da categoria família, publicou-se na sequência o dossiê “A mulher no espaço público”, na segunda edição de 1989 (no. 18, vol.09). Como havia ocorrido nas primeiras edições temáticas, o dossiê trazia traduções consideradas significativas para construir a agenda de pesquisa. Se um diálogo com as interpretações então predominantes nos movimentos antirracistas vinha informando a renovação historiográfica sobre a escravidão, neste caso a interlocução era com a emergência dos movimentos feministas desde os últimos anos da ditadura militar. Neste contexto, os artigos de Michelle Perrot e Eleni Varikas, duas historiadoras inseridas na tradição da história social francesa, expressavam o esforço de construir o feminino em perspectiva histórica, através do tema da memória feminina (Perrot) e da ação política das mulheres (Varikas), dois temas centrais para o movimento feminista brasileiro.

Uma quantidade muito maior de artigos (11) que a dos números anteriores revelava uma heterogênea produção por parte de historiadoras como Maria Clementina Pereira Cunha, Rachel Soihet, Magali Engel, Margareth Rago, Esmeralda Blanco de Moura, Martha Abreu e Gladys Sabina Ribeiro, além da socióloga Elizabeth Souza Lobo e da antropóloga Mariza Corrêa. Começava a tomar forma, assim, a partir de uma perspectiva transdisciplinar, uma história que incorporava a pergunta sobre as relações de gênero. A diversidade temática dos textos combinava-se a uma concentração temporal, majoritariamente sobre a primeira república, ainda construída como o momento das transformações em torno de uma nova ordem social. Ali, a valorização da pesquisa em arquivos alimentava a proliferação de questões sobre a experiência social das mulheres, atravessadas mais pelo recorte de classe do que por dimensões raciais.

Entre mulheres com nome próprio e muitas anônimas, emergiam a anarquista Emma Goldman, a então desconhecida Leolinda Daltro, pintoras, criminosas, solteironas, mulheres internadas no hospital psiquiátrico do Juqueri, “escravas brancas” nas histórias da imigração europeia, mulheres assassinadas em crimes passionais, imigrantes e nacionais racializadas em processos criminais, além de trabalhadoras têxteis. O multifacetico resultado, apesar do título em singular do dossiê, evitava o risco da classificação homogeneizante de algum tipo de “condição feminina”, tal como Maria Odila Leite da Silva Dias havia criticado poucos anos antes. Nas suas palavras, a preocupação neste momento era de contemplar “as diferenças sociais, étnicas, a imensa diversidade contida na palavra mulher, que usávamos sempre no plural para desconstruir a ideia de uma suposta condição universal feminina.”²⁰

Com este percurso, torna-se patente que a formulação de uma agenda de história das mulheres foi parte de um processo de renovação da prática histórica no Brasil no contexto da transição democrática. Os números prévios a este dossiê registram a tendência de uma crescente valorização da pesquisa em arquivos, a atenção à dimensão de classe, ao cruzamento entre o conflito social e formas de disciplinamento

20 Pedro; Neckel, 2021, p. 9.

e, principalmente, a atenção às experiências históricas diversas, resistentes a reducionismos. A temática do trabalho e da escravidão, portanto, perpassavam a agenda da história social, e as perguntas sobre protagonismos inusitados e anônimos nos processos históricos conviveram com a emergência de novos campos temáticos, como o dos estudos urbanos. Vista neste contexto, a emergência de uma história das mulheres foi parte dos esforços de construção de uma história social heterogênea que compartilhava da desconfiança dos grandes modelos interpretativos, recusando explicações estruturalistas e o olhar unívoco de cima para baixo sobre as relações de dominação, desigualdades e hierarquias.

Quando as sujeitas e os sujeitos buscados não estavam nos documentos oficiais, ou quando os próprios documentos oficiais não estavam, fizeram-se novas perguntas, encontraram-se fontes diversas e criaram-se inovadoras metodologias de análise. Em outras palavras, a abordagem sobre diferença sexual como tema histórico não foi exclusivamente uma consequência da emergência temática da sexualidade e da família como âmbitos de construção de desigualdades, hierarquias e disciplinas. Ela também foi construída de forma indissociável do problema da transformação nas relações de trabalho no Brasil. Por isso, entende-se que enquanto algumas dessas pesquisadoras consolidaram um importante campo de história da família, outras tantas enveredaram pela história da escravidão e, posteriormente, do pós-abolição. Mais que um campo específico, então, a produção historiográfica atenta à dimensão que agora chamaríamos de história social em perspectiva de gênero emergiu dentro de debates mais amplos, sobretudo em torno do trabalho.

Nas décadas seguintes, os esforços para delimitar os estudos de gênero como um campo diferenciado, de contornos interdisciplinares, deram resultados cada vez mais visíveis. Em muitas universidades, a criação de revistas de referência no campo como a *Cadernos Pagu*²¹ e a

21 Ver: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu>

*Estudos Feministas*²² acompanhou novos centros e núcleos, muitos dos quais distantes do eixo Rio-São Paulo, como o Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina. Com os seminários internacionais *Fazendo Gênero*²³, o IEG da UFSC se tornou uma referência no país e no exterior.²⁴

Em termos mais especificamente historiográficos, no entanto, o impacto da denominação de gênero, adotada no final da década de 1980, principalmente a partir da tradução do artigo de Joan Scott que a propôs como uma categoria de análise histórica, foi díspar. Em um primeiro momento, a denominação gênero para designar a dimensão relacional, social e cultural da diferença sexual não foi vista como incompatível com a história social das mulheres que, como se viu, se mostrava atenta à convivência entre muitas relações de poder, em especial ao cruzamento entre desigualdades de gênero e dominação de classe. Em um primeiro momento, para a história do trabalho, a adoção da perspectiva de gênero envolvia a expectativa de obter uma compreensão aprofundada das relações de dominação de classe, da política das relações domésticas, e da clássica questão marxista sobre os processos de produção e reprodução da vida.²⁵ No entanto, como ocorreu em outros lugares, também no Brasil a formulação de Scott provocou debates e resistências.

2. A história social e a desconfiança sobre o gênero

Para compreender as tensões entre história social das mulheres e a perspectiva de gênero no debate brasileiro, e a centralidade do trabalho

22 Ver: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/index>

23 Em 2024 a 13ª. Edição do Seminário Internacional Fazendo Gênero, realizado pela UFSC, através do [Instituto de Estudos de Gênero](#) (IEG), do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) contou com 6.000 participantes. Em: <https://noticias.ufsc.br/2024/07/fazendo-genero-comeca-na-proxima-segunda-feira-29-de-julho-na-ufsc-reunindo-6-mil-pessoas/>. Acessado em 28 de novembro de 2024.

24 Entrevista – Joana Pedro integra a coordenação do IEG. <https://ieg.ufsc.br/noticias/347>. Publicada em 13 de outubro de 2020, acessada em 01/12/2024.

25 Esta foi a perspectiva elaborada pela socióloga Elizabeth Souza Lobo (Lobo, 1991). Ver também Lobato, 2007.

neste debate, vale a pena voltar à tradução dos artigos de Michelle Perrot e Eleni Varikas na RBH. Além deles, a tradução em 1988 do livro *Os Excluídos da História*, em que “mulheres” surgiam como um grupo social ao lado de “operários” e “prisioneiros”, somou-se a uma crescente circulação mais informal de photocópias de textos de Varikas e outras autoras europeias. Nestes circuitos, a história social e cultural francesa adquiriu uma importância central para as historiadoras brasileiras. Rachel Soihet, por exemplo, acompanhou atentamente os debates historiográficos franceses em torno da noção de “cultura feminina”, permitindo uma reflexão que combinava a diferença sexual e a transformação histórica.²⁶

Enquanto isso, outras autoras ganharam relevância a partir de algumas novas traduções. Por exemplo, em 1987, a publicação de *O Retorno de Martin Guerre*, e em 1990 de *Culturas do Povo* fizeram de Natalie Zemon Davis uma referência valiosa para transformar a dimensão de gênero em uma variável importante para a história social e cultural. Ela se somava ao conhecido impacto da tradução da obra clássica de E. P. Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa*, em 1987. Em conjunto, essas políticas de tradução apontavam para a possibilidade de uma história atenta ao conflito social e às tensões de classe, e ao mesmo tempo, às diversas dimensões da experiência social, como a vida cotidiana, relações culturais, e ao gênero.²⁷

Este foi o contexto imediato da recepção brasileira do texto programático de Joan Scott. Como se sabe, “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” era parte de uma série de artigos produzidos durante os anos de 1980, nos quais ela formulou uma dura crítica à história social, em particular a E. P. Thompson e à história das mulheres, contrapondo o que percebia como limitações empíricas, de caráter acumulativo, descriptivo, e teoricamente ingênuo, apontando o que considerava uma necessidade de mais atenção teórica e sofisticação conceitual, que ela encontrava em

26 Soihet, 2001, pp.7-30. Simultaneamente, Mary del Priore defende a abordagem historiográfica francesa da história das mulheres, ligada a tradição da história das mentalidades, para o contexto brasileiro (Del Priore, 2001).

27 Thompson, 1987; Davis, 1990. Os dois trocaram cartas sobre os interesses comuns de pesquisa sobre cultura popular na perspectiva da história social. Walsham, 2017.

autores como Derrida, e também em Foucault. No Brasil, “Gênero: uma categoria...” foi publicado pela primeira vez em 1990 na revista *Educação e Realidade*, a partir de sua tradução em francês. Quase ao mesmo tempo, a historiadora do trabalho Christine Dabat e a socióloga Maria Betania Avila começaram a circular outra tradução através da ONG feminista de Recife SOS Corpo em 1991, com a expressa autorização de Scott.²⁸ Estas traduções indicam o grande interesse proveniente da militância feminista e das ciências sociais no uso da categoria em sua dimensão analítica e sua potencialidade política.

Neste ponto, é particularmente significativo observar que tanto Michelle Perrot como Joan Scott tenham se formado como historiadoras sociais do trabalho, na França e nos Estados Unidos, respectivamente. É curioso que nunca tenham sido traduzidos livros como *Women, Work and Family*, de 1978, em que Louise Tilly e Joan Scott buscaram formular uma conexão entre a história do trabalho e a história das mulheres nos parâmetros da história social do trabalho. Tampouco as obras de outras historiadoras que entraram em diálogo explícito com a tradição do marxismo inglês seriam traduzidas para o português.²⁹

No caso de Scott, deu-se pouca atenção não apenas à sua produção prévia, mas também à centralidade do mundo do trabalho em seus primeiros artigos dedicados a pôr em prática sua proposta de gênero, como aquele que investigava os sentidos masculinos da noção de classe dos cartistas ou aos casos judiciais de discriminação de gênero no mercado de trabalho norte americano.³⁰ A questão do trabalho, portanto, ainda que não muito reconhecida no Brasil, continuou sendo central na produção de Scott. No mesmo sentido, seu eventual reconhecimento a autoras que sempre escreveram na tradição da história social das mulheres

28 Scott, 1991.

29 Tilly; Scott, 1987; Kessler-Harris, 1982; Taylor, 1983; Rowbotham, 1973.

30 Todos reunidos em seu *Gender and the politics of history*, New York, Columbia University Press, 1988.

não recebeu tanta atenção quanto sua formulação rupturista do gênero como uma categoria de análise.³¹

Assim, a recepção brasileira concentrou-se na crítica feminista formulada por Scott ao livro clássico de Thompson. Suas duras críticas à história social e sua identificação com autores e debates pós-estruturalistas provocaram uma resistência ao conceito de gênero pelos historiadores e historiadoras sociais, que temiam o risco de diluição da agência histórica e da experiência social frente à ênfase em teorias linguísticas.³² Ao mesmo tempo, as historiadoras brasileiras tinham elementos para desconfiar da proposta de Scott, pois muitas delas já possuíam grande familiaridade com a história francesa identificada com a tradição dos Annales. Conheciam a leitura que historiadoras como Perrot haviam feito de Michel Foucault para ampliar as perguntas e os temas da história como o cotidiano, o aprisionamento, e a juventude de forma conectada à história do movimento operário. A particular interpretação de Joan Scott sobre aquilo que nos Estados Unidos se chamava de “teoria francesa”, então, deparava-se com outras possibilidades de usos dessas referências que não as incompatibilizava com a prática da história social.³³

31 Vale a pena observar suas reflexões posteriores: Scott, 2010; e seu reconhecimento a Natalie Zemon Davis em Scott, 2011.

32 Para o debate internacional ver, principalmente: Stansell, 1987. Palmer, 1987. Para uma reflexão dos sentidos particulares destes debates na América Latina: Tinsman, 2008. Uma das poucas traduções deste debate foi: Tilly, 1994; Varikas, 1994. Para uma reflexão a partir do Brasil: Pinsky, 2009.

33 Ganha sentido, então, a desconfiança inicial de autoras como Maria Odila Leite da Silva Dias, da formulação de Joan Scott, tal como observaram Rachel Soihet e Joana Maria Pedro. (Soihet; Pedro, 2007). De fato, o artigo de Joan Scott era parte de uma agenda de pesquisa de história cultural que se condensou, por exemplo, na coletânea organizada por Lynn Hunt em Berkeley a meados da década de 1980 e que se chamou, precisamente, “A Nova História Cultural”. A coletânea foi resultado de um encontro acadêmico que contou com a presença de Chartier; Hunt, 1992. Ver também Hunt, Bonnell, 1999. Para uma crítica dos sentidos dados por Scott às teorias francesas da virada linguística ver: Sewell Junior, 1998.

3. A hermenêutica do cotidiano, feminismos e lutas por direitos

Queremos, com este percurso, sugerir a existência de linhas de continuidade que alimentaram aproximações entre a história social do trabalho, as relações raciais e a abordagem de gênero para além dos anos de polarização do debate entre a perspectiva de gênero e a história social. Tal como observou Bassanezi Pinsky, apesar do impacto inegável da categoria de gênero tal como formulada por Joan Scott, e de sua indissociabilidade entre esta formulação e sua crítica à história social, esta constatação não esgota a questão.³⁴ A partir do levantamento da primeira década de *Revista Brasileira de História*, é possível indicar que as contribuições efetivas da abordagem de gênero para a história social estiveram integradas a debates historiográficos específicos, como por exemplo, da história social da escravidão e da Primeira República -- dois campos promissores naquele período.

As expoentes das múltiplas versões de história social das mulheres claramente não se restringiam à perspectiva descritiva e acumulativa acusada por Scott: desde os trabalhos clássicos de Eni de Mesquita Samara defendendo a história social das mulheres de forma integrada com variáveis de classe e de raça, passando pela obra fundamental de Sandra Graham sobre o trabalho doméstico atento às conexões e continuidades entre escravidão e pós Abolição, até a tese de mestrado de Martha Abreu na qual as dimensões morais da experiência cotidiana de trabalhadoras pobres, agora consideradas “populares”, a análise da história social integrava a dimensão de gênero aos processos históricos centrados nas relações de trabalho.³⁵

Em 2000, o livro de Sueann Caufield desenvolveu uma perspectiva de gênero que buscava combinar a inspiração em autoras associadas a debates pós-modernos como Scott, Butler e Abu-Lughod com uma abordagem

34 Bassanezi Pinsky, op.cit.

35 Esteves, 1989.

própria da história social.³⁶ Sua particular análise do funcionamento da justiça com relação a delitos contra a honra permitiu que ela matizasse a noção de disciplinamento e controle social que permeava trabalhos anteriores. Ao mesmo tempo em que construiu um problema histórico em torno da moralidade sexual a partir de sua disputa entre diversos sujeitos, também terminou questionando o próprio recorte da primeira república, passando a problematizar outros processos menos atrelados à periodização política.³⁷

Outra linha deste debate está em curso em trabalhos como o de Gláucia Fraccaro.³⁸ Em sua abordagem, as perguntas da história social sobre luta por direitos no chão da fábrica são mobilizadas para revisar uma dissociação antiga e persistente: aquela que separou os feminismos sufragistas e a luta das trabalhadoras por direitos. Como resultado, Fraccaro propõe uma história social do feminismo "a partir de baixo". Sua abordagem é tributária tanto de pesquisas pioneiras sobre lutas dos trabalhadores por direitos, das reflexões feministas sobre o trabalho de cuidados, e da investigação de Ângela de Castro Gomes sobre os embates pela legislação social em torno das especificidades do trabalho de mulheres e de crianças, por exemplo.³⁹ Também nessa perspectiva, pesquisas mais recentes dedicaram-se às condições de trabalho e à luta sindical de grupos tão diversos como as trabalhadoras têxteis e das trabalhadoras domésticas.⁴⁰ Desde aquelas primeiras formulações nos artigos da *RBH* até estes trabalhos mais recentes, portanto, as pesquisas no campo da história social tem levado a uma reconsideração de categorias que costumavam ser repetidas como interpretações historiográficas, tais como "serviço doméstico" ou "prostituição". O desafio, então, é o de

36 Caulfield, 2000.

37 Sua formulação inspirou muitas análises como a de Schettini, 2006.

38 Fraccaro, 2018.

39 Fortes; Fontes; Costa; Silva; Negro, 1999; Boris, 2014; Gomes, 1979.

40 Getirana, 2023. Pires, 2023.

contemplar a heterogeneidade de experiências sociais de trabalho e de luta por direitos que estas categorias tendem a homogeneizar ou silenciar.

3. Raça, classe e gênero nos mundos do trabalho

No campo dos estudos sobre escravidão e gênero, a mencionada pesquisa de Dias participou da abertura de caminhos para outras investigações sobre o trabalho de mulheres, enfatizando a riqueza social e material produzida por elas e suas experiências no período da escravidão, nos processos de emancipação e imediatamente após a abolição. Percebe-se, portanto, o quanto a ênfase de Dias no cotidiano como hermenêutica foi frutífera para a história social das mulheres. A partir de seu trabalho, abriram-se diversas linhas de investigação que integram raça, gênero e classe nos estudos históricos, interrogando os significados dos estigmas de cor, as relações sociais engendradas pela escravidão e as concepções de liberdade nos mundos do trabalho. Também incide na agenda historiográfica atual a importância que o feminismo voltou a adquirir no debate público, em especial a partir das questões levantadas pelo feminismo negro.

Desde a primeira década dos anos 2000, o processo de expansão das Universidades públicas no Brasil acompanhado de políticas de inclusão e financiamento de pesquisa possibilitou um maior acesso de filhas e filhos da classe trabalhadora ao ensino superior. Sendo as primeiras de suas famílias a cursarem a graduação e, por vezes a pós-graduação, jovens pesquisadoras quase não encontravam mulheres como suas mães e avós representadas na história do trabalho, embora as presencias labutando de domingo a domingo, em grande parte das vezes como único sustento do lar.⁴¹

Não por acaso, houve um interesse crescente e renovado, tanto por um novo momento dos feminismos, quanto por pesquisas acadêmicas sobre experiências de vida e trabalho das mulheres, suas atividades e

41 Essa demanda foi explicitamente expressa desde o primeiro simpósio reunindo comunicações coordenadas sobre gênero e trabalho do GT Mundos do Trabalho no XXIX Simpósio Nacional de História, realizado na UnB em 2017.

ocupações, organização comunitária e formas de luta. A partir dos desafios deste novo presente passou a ser urgente compreender as consequências da diferença sexual na organização social para o acesso a direitos, nas disputas no mercado de trabalho, na produção e circulação de mercadorias, nas possibilidades de mobilidade e autonomia de mulheres escravizadas e livres, e nos processos de produção de valor e demanda de remuneração pelo trabalho realizado. A história da escravidão atlântica e dos processos de emancipação como parte da história global do capitalismo racializado, com suas marcas de gênero, também passou a receber renovada atenção.⁴²

Se na tradição historiográfica e sociológica brasileira as desigualdades raciais e de classe sempre foram predominantes, o interesse em se perguntar onde estavam as mulheres, o que faziam e em que trabalhavam, sobretudo as mulheres negras, tem sido uma grande demanda dos últimos anos. Tal demanda pode ser percebida também pela grande leva de traduções recentes de obras fundamentais do feminismo negro de autoras como Ângela Davis, Patrícia Hill Collins, bell hooks e Audrey Lorde, aliadas ao relançamento editorial de obras de autoras negras brasileiras. Beatriz Nascimento, por exemplo, apontou o lugar subalterno das mulheres negras no mercado de trabalho. Para ela, isso se devia, em parte, à continuidade da “herança escravocrata” e ao trabalho produtivo e reprodutivo que as escravizadas realizavam, tanto na lavoura como nas atividades urbanas, mas também às “sobrevivências patriarcais” na sociedade brasileira, que teriam relegado as mulheres negras ao trabalho doméstico.⁴³ Em texto dedicado ao primeiro de maio, a historiadora e filósofa Lélia González chamou a atenção para as dinâmicas do racismo brasileiro, responsável pela manutenção dos trabalhadores negros em situação de extrema desigualdade desde a abolição da escravidão, e se perguntava: “e as trabalhadoras negras, onde estão?”⁴⁴ Com isso, fortaleceram a crítica historiográfica aos termos “mulher” ou “condição

42 Paton, 2022.

43 Nascimento, 2021. (publicado originalmente em *Jornal Última Hora*, Rio de Janeiro, domingo, 25 de julho de 1976).

44 Gonzalez, 2020.

feminina”, assim como ao uso do universal masculino, quanto empregado para “trabalhadores” ou “escravizados”, invisibilizando a experiência de mulheres e as diferenças entre elas.⁴⁵

O crescimento do interesse sobre a riqueza social e material produzida pelo trabalho das mulheres, escravizadas, livres ou libertas, reflete-se no número de dissertações, teses e livros publicados sobre o tema nos últimos anos.⁴⁶ Destacamos três delas a título de exemplo: a ocupação das quitandeiras, que em todos os cantos do Brasil e do mundo atlântico eram responsáveis por “abastecer a cidade” de gêneros, circulando pelas ruas, produzindo valor, estabelecendo relações com indivíduos de todas as classes e muitas vezes sendo responsáveis pelo pequeno crédito⁴⁷; a maternidade de mulheres negras, no que diz respeito ao trabalho das amas de leite e em relação à tutela como forma específica de reprodução da mão de obra não livre, dependente⁴⁸, e, finalmente, as investigações sobre a vasta gama de ocupações, atividades e arranjos de trabalho articulados sob a rubrica do “serviço doméstico”.⁴⁹

Nessas abordagens, confluem as reflexões produzidas a partir de um feminismo negro local atento às dimensões de classe e às renovações de abordagens feministas em outras latitudes. Como estamos argumentando também incidiu a tradição historiográfica brasileira acumulada por décadas sobre estes três temas.⁵⁰ Graças a esta particular convergência, a produção historiográfica mais recente pode retomar linhas de pesquisa sobre temáticas como maternidade, domesticidade e alimentação, mas o fazem de forma renovada, já não como os lugares tradicionais ou naturais para que as mulheres “apareçam” na documentação. Em vez disso, tomam distância da dicotomia entre público e privado que havia informado as primeiras produções, como a do dossiê da RBH em 1989.

45 Xavier; Farias; Barreto, Gomes, 2012. Sampaio; Lima; Balaban, 2019. Freire; Carula, 2020. Oliveira, 2020. Santos, 2023.

46 Souza; Tardivo; Haack, 2021. Popinigis, 2023.

47 Graham, 2010; Silva, 2011. Popinigis, 2012; Farias, 2015. Bonomo, 2020.

48 Geremias, 2019; Telles, 2013; Machado; Brito; Viana; Gomes, 2021; Karula; Ariza, 2022.

49 Souza, 2019; Batista, 2018. Lima, 2015; Muaze, 2016; Lima, 2021.

50 Sobre as quitandeiras ver, por Figueiredo, 1993, Soares, 1996 e Faria, 2000.

Com isso, estes temas permitem conectar a experiência atravessada pelo gênero aos grandes problemas políticos, sociais e econômicos, e trazendo a um primeiro plano a centralidade do trabalho não pago e não reconhecido como tal para a produção de valor.⁵¹ Áí também está o gênero profundamente imbrincado às políticas dos processos de acirramento das lutas legais pela liberdade, por cidadania e direitos.

Torna-se cada vez mais evidente que as mulheres tiveram papel fundamental nos processos de invenção e conquista da liberdade através da articulação de estratégias familiares de obtenção das manumissões, as suas próprias e a dos seus, por meio do trabalho e da criação e pela manutenção de amplos vínculos de solidariedade e de comunidade. No mesmo sentido, a articulação de noções racializadas de maternidade foi fundamental para o discurso abolicionista dos anos finais da escravidão, tendo seus sentidos transformados para a obtenção da tutela de crianças negras ingênuas como forma específica de reprodução da mão de obra dependente.⁵²

Assim, essas pesquisas têm demonstrado que a presença de mulheres africanas e afrodescendentes nas ruas e em cada cidade no Brasil era pervasiva, com grande influência nas dinâmicas sociais urbanas e rurais, centrais para a manutenção do sistema escravista e sua dissolução. As conexões entre a origem africana e a experiência da escravidão tornam-se evidentes na desenvoltura das mulheres responsáveis pelos processos de organização de uma enorme e variada gama de atividades cotidianas da cidade, na produção e na circulação de riqueza. Afina-se, dessa forma, a compreensão sobre as disputas dos anos finais da abolição e após a abolição, entre a ânsia senhorial pela contínua exploração do trabalho não pago que se apoiava nas relações de domesticidade e dependência em relação às mulheres e seus filhos, por um lado e na luta pela sobrevivência, pela manutenção dos laços familiares e por cidadania e direitos, inclusive o direito ao trabalho e ao salário, por outro.

51 Lima e Popinigis, 2017.

52 Cowling, 2013; Ariza, 2020; Machado; Ariza, 2023; Damasceno, 2022.

Reconhecer os caminhos trilhados até aqui pela história social no Brasil nos permite afirmar que as preocupações relacionadas ao gênero emergiram de forma profundamente conectada à dimensão de classe e aos mundos do trabalho. No mesmo sentido, a atenção para a diferença sexual na história da escravidão e da família permitiu identificar a agência e o protagonismo das mulheres negras em processos de emancipação, de produção e circulação de riqueza, além de sua centralidade na reprodução e manutenção da vida e das relações sociais. Num país de desigualdades sociais extremas, ancoradas na violência racial, de gênero e de classe, a compreensão do funcionamento integrado dessas categorias no processo histórico torna-se fundamental para informar a luta por uma sociedade mais justa. Sendo assim, esperamos que essa reflexão ajude a estimular o interesse de historiadores e historiadoras do trabalho ao questionamento sobre as relações de gênero, instigando a formular, como no caso da história operária e na história da escravidão, mais e melhores perguntas mesmo quando “as mulheres não aparecem nas fontes”.

Bibliografia

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872*. Novos Estudos CEBRAP, n. 21, 1988.
- ALLEMANDI, Cecilia. "El servicio doméstico en el marco de las transformaciones de la ciudad de Buenos Aires, 1869-1914", *Diálogos*, 16, 2, 2012.
- ANDUJAR, Andrea; PALERMO, Silvana, "Entre conflitos y harmonias: o assistencialismo empresarial na América Latina", *Revista Mundos do Trabalho*, 13, 2021.
- ARIZA, Marília Bueno de Araújo. *Mães infames, filhos venturosos: trabalho, pobreza, escravidão e emancipação no cotidiano de São Paulo (século XIX)*. São Paulo: Alameda, 2020.
- BATISTA, Natália. "Precisa-se de uma menor para pequenos serviços de uma casa": a mão de obra infanto-juvenil no serviço doméstico carioca (1880-1930). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 10, n. 20, p. 103-123, 2018.
- BONOMO, Juliana Resende. "Com gosto" e "por gosto": o ofício das quitandeiras de Minas Gerais sob uma perspectiva histórica. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

- BORIS, Eileen; Produção, Reprodução, Casa e Trabalho. *Tempo Social*, Revista de. Sociologia da USP, v.26, n.1, 2014.
- CAULFIELD, Sueann. *Em Defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.
- CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, 2009.
- CHALHOUB, S.. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no rio de janeiro da belle époque*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1986.
- CHARTIER, Roger; LYNN, Hunt (org). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- COWLING, Camillia. *Conceiving Freedom: Women of Color, Gender, and the Abolition of Slavery in Havana and Rio de Janeiro*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2013.
- DABAT, Christine. *Cadernos de História da UFPE*, vol.11, n.11, 2016.
- DAMASCENO, K. S.. *Para serem donas de si: mulheres negras lutando em família (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888)*. Salvador: EDUFBA, 2022.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Hermenêutica do quotidiano na historiografia contemporânea. *Projeto História*, n. 17, p. 223-258, 1998.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995 [1984].
- DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. SP: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da Franca Moderna*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- ESTEVES, Martha Abreu, *Meninas Perdidas. Os populares e o cotidiano do amor na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras e estigma social. *Tempo*, pp. 62–92, 2000.
- FARIA, Juliana Barreto. *Mercados Minas: africanos ocidentais na praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830–1890)*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade, 2015.
- FEITLER, Bruno. Retomar a história da RBH. *Revista Brasileira de História*, n.38, v.80, pp.7-11, 2019.
- FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF,

EDUMB, 1993.

FORTES, A.; FONTES, P; COSTA, H. da; SILVA, F.T. da; NEGRO, Antônio. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Centro de Memória Unicamp, 1999.

FRACCARO, Gláucia. *Os direitos das mulheres. Feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)* Rio de Janeiro: FGV, 2018.

FREIRE, Jonas; CARULA, Karoline (org.). *Raça, gênero e classe - trabalhadores (as) livres e escravizados (as) no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad/Faperj, 2020.

GEREMIAS, Patrícia. Como se fosse da família: arranjos formais e informais de criação e trabalho de menores pobres na cidade do Rio de Janeiro (1860–1910). *PhD Dissertação*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

GETIRANA, Yasmin. *Na casa e na causa: a organização sindical das trabalhadoras domésticas* (Rio de Janeiro, 1961-1973). Rio de Janeiro: Ed. Telha, 2023.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GOMES, Ângela de Castro. Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2014 (2a edição).

GRAHAM, Richard. *Feeding the City: From Street Market to Liberal Reform in Salvador, Brazil, 1780–1860*. Austin: University of Texas Press, 2010.

HUNT, Lynn; BONNEL, Victoria. *Beyond the cultural turn: new directions in the study of society and culture* Berkeley: University of California Press, 1999.

KARULA, Caroline; ARIZA, Marília B.A.. *Escravidão e maternidade no mundo atlântico - Corpo, saúde, trabalho, família e liberdade nos séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2022.

LARA, S. H.. Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, USP vol. 16, pp. 25- 38, 1998.

LARA, S. H.. Blowin'in'the wind. Thompspon e a experiência negra no Brasil. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 12, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11300>.

LIMA, H. E.. Wages of Intimacy: Domestic Workers Disputing Wages in the Higher Courts of Nineteenth-Century Brazil. *International Labor and Working-Class History*, pp.11-29, 2015.

LIMA, H. E. POPINIGIS, F. Maids, Clerks, and the Shifting Landscape of Labor Relations in Rio de Janeiro, 1830s-1880s. *International Review of Social History*, Cambridge, LXII: S25, 2017, pp. 1-29.

LIMA, Tatiana Silva de. Escravos e libertos nos serviços domésticos no Recife no Século XIX: mudanças e continuidades. Orientador: Franck Ribard. *Tese* (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

LOBO, Elizabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1991.

LOBATO, Mirta Zaida. *Historia de las trabajadoras en la Argentina (1869-1960)*, Buenos Aires, Edhasa, 2007.

LONER, Beatriz Ana. Apresentação. *Revista Mundos do Trabalho*, v.1, n.1, p. 1-10, 2009.

MACHADO, Maria Helena P. T.; BRITO, Luciana da Cruz; VIANA, Iamara da Silva; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Ventres livres: gênero, maternidade e legislação*. São Paulo : Editora Unesp, 2021.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 51-64, 2009.

MUAZE, M de A. F.. O que fará essa gente quando for decretada a completa emancipação dos escravos? - serviço doméstico e escravidão nas plantações cafeeiras do Vale do Paraíba. *Almanack [Internet]*, pp. 65-87, 2016.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do Nascimento. Trabalhadores negros e “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, v. 29, n. 59, p. 607-629, 2016.

NASCIMENTO, B.. A mulher negra no mercado de trabalho. In: RATTI, Alex. Beatriz Nascimento, uma história feita por mãos negras. Rio de Janeiro, Zahar, 2021.

NEGRO, A. L.; GOMES, F. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social, revista de Sociologia da USP*, São Paulo, vol. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.

OLIVEIRA, Fernanda. *Luciana Lealdina de Araújo e Maria Helena Vargas da Silveira*: história de mulheres negras no pós-abolição do sul do Brasil. Niterói, EDUFF, 2020.

PALMER, Bryan D.. Response to Joan Scott. *International Labor and Working-Class History*, no. 31, pp. 14–23, 1987. Disponível: <http://www.jstor.org/stable/27671670>. Acesso em: 29 set. 2024.

PATON, Diana. Gender History, Global History, and Atlantic Slavery: On Racial Capitalism and Social Reproduction. *The American Historical Review*, v. 127, pp. 726-754, 2022.

PEDRO, Joana Maria; NECKEL, Roselane. História das Mulheres e a Hermenêutica do Cotidiano: entrevista com Maria Odila Leite da Silva Dias. *Estudos Ibero-Americanos*, [S. l.], v. 47, n. 1, p. e39831, 2021. Doi: 10.15448/1980-864X.2021.1.39831. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/39831>. Acesso em: 6 out. 2024.

PINSKY, C. B.. Estudos de Gênero e História Social. *Revista Estudos Feministas*, 17(1), pp.159-189, 2009.

PIRES, Isabelle Cristina da Silva, "Queremos lutar para honrar o nosso trabalho": gênero, legislação social e operários/astêxeis no Rio de Janeiro (1926-1944). *Tese* (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ. Rio de Janeiro, 2023.

POPINIGIS, Fabiane. Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro mercado público de desterro 1840-1890. *Afro-Ásia*, pp.193-226, 2012.

POPINIGIS, F. Laboring woman of African descent in nineteenth century in Brazil. In: CONERMANN, S.; PAES M. D.; TERRA P. (org.). *Current trends in slavery studies in Brazil*. Berlin: De Grutyer, 2023.

POPINIGIS, F. e SCHETTINI, C. (Org.). *Dossiê: Perspectivas de gênero nos mundos do trabalho*. *Revista Mundos do Trabalho*, nº. 2, Janeiro – Julho de 2010.
PRIORE, M. Del. *História das mulheres: as vozes do silêncio*. In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

ROWBOTHAM, Sheila. *Woman's consciousness, man's world*. Baltimore: Penguin Books, 1973.

SCHETTINI, Cristiana; SURIANO, Juan, *Historias cruzadas. Diálogos historiográficos sobre el mundo del trabajo en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Teseo, 2019.

SEWELL JUNIOR, William H. Language and practice in cultural history: backing away from the edge of the cliff. *French Historical Studies*, v.21, n.2, pp.241-254, 1998.

TAYLOR, Barbara. *Eve and the new Jerusalem: socialism and feminism in the Nineteenth Century*. Londres: Virago, 1983.

TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880–1920)*. São Paulo: Alameda, 2013.

TERRA, Paulo Cruz; SOUZA, Robério Santos. Relações raciais e racismo nos mundos do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 15, p. 1-6, 2023.

TILLY, L.; SCOTT, J.. *Women, Work and Family*. New York and London: Methuen,

274 p., 1987.

TILLY, Louise. Gênero, História social e história das mulheres. *Cadernos PAGU*, (3), pp.29-62, 1994.

TINSMAN, Heidi. A Paradigm of Our Own: Joan Scott in Latin American History. *The American Historical Review*, v. 113, pp. 1357–1374, 2008. Doi: <https://doi.org/10.1086/ahr.113.5.1357>.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. [Tradução: Denise Bottmann]. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

RIBEIRO, G.S.. *Mata galegos*: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. Editora Brasiliense, 1990.

SAMPAIO, G., LIMA, I., BALABAN, M. (org). *Marcadores da diferença – raça e racismo na história do Brasil*. Salvador, Edufba, 2019.

SANTOS, Tainá Aparecida Silva Santos. Histórias de Mulheres Negras no mercado de trabalho: caminhos trilhados e trajetos que ainda podem ser percorridos. In: SILVA, Lúcia Helena Oliveira; RODRIGUES, Jaime; SOUZA, Airton Felix Silva (org.). *Escravidão e liberdade [recurso eletrônico]*: estudos sobre gênero & corpo, memória & trabalho. São Paulo: FFLCH, 2023.

SCHETTINI, Cristiana. "Que tenhas teu corpo": uma história social da prostituição na Primeira República. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2006.

SCOTT, Joan Wallach (2010). Gender: Still a Useful Category of Analysis. Diogenes, 57(1), pp. 7-14, 2010.

SCOTT, J.. Storytelling. *History and Theory*, n. 50, pp. 203-209, 2011.

SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de honra*: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840–1870). Recife: Editora de Universidade Federal de Pernambuco; Salvador: Editoria de Universidade Federal da Bahia, 2011.

SLENES, R.. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, pp. 117-149, 1983.

SOARES, Cecília Moreira, As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX, *Revista Afro-Ásia*, 1996.

SOIHET, Rachel. A história das mulheres: cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia, *Genero* (Niterói), v.2, n.1, pp.7-30, 2001.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira De História*, 27(54), pp. 281–300, 2007.

SOUZA, C. P; TARDIVO, G. P.; HAACK, Marina Camilo. Localizando a mulher escravizada nos Mundos do Trabalho. *Revista Cantareira*, 34^a ed. Jan-Jun, 2021.

SOUZA, Flavia Fernandes de. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro (1850-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019.

STANSELL, Christine. A Response to Joan Scott. *International Labor and Working-Class History*, no. 31, 1987, pp. 24–29. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27671671>. Acesso em 29 Set. 2024.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.

STOLCKE, Verena; HALL, Michael M.. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, pp. 80-120, set. 1983.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu* (3), pp.63-84, 1994.

WALSHAM, Alexandra. "Rough music and Charivari: Letters between Natalie Zemon David and Edward Thompson 1970-1972". *Past and Present*, 235, 1, 2017.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto, GOMES, Flávio (org.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2012.